

A PERSONIFICAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NO ACESSO AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Yngrid Caroline Lopes Lins

RESUMO

Este artigo oferece reflexões acerca do processo de personificação da intersectorialidade das políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência que vivem sob a medida protetiva de acolhimento institucional. A temática decorre do cotidiano de trabalho das equipes técnicas que atuam nos serviços de acolhimento, considerando as demandas e grande necessidade de articulação com outros serviços. Trata-se de um relato de experiência que aponta as dificuldades enfrentadas no acesso aos direitos sociais, tendo em vista a construção de referências pessoais entre profissionais e não entre serviços/rede, o que gera a personificação, limitando o acesso e dificultando a garantia da continuidade das ações.

Palavras-chave: Articulação; Intersetorialidade; Crianças e adolescentes com deficiência; Acolhimento Institucional.

ABSTRATC:

This article offers reflections on the process of personification of the intersectoriality of public policies from the perspective of guaranteeing the rights of children and adolescents with disabilities who live under the protective measure of institutional care. The theme arises from the daily work of the technical teams that work in the reception services, considering the demands and great need for articulation with other services. This is an experience report that points out the difficulties faced in accessing social rights, with a view to the construction of personal references between professionals and not between services/network, which generates personification, limiting access and making it difficult to guarantee the continuity of actions

Keywords: Articulation; Intersectoriality; Children and adolescents with disabilities; Institutional Care.

INTRODUÇÃO

Considerando o que versa o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/1990 e a nº 13.146/2015, lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, este artigo se formula como um relato das dificuldades enfrentadas pelas equipes técnicas de casas de acolhimento de Recife, no que diz respeito às articulações intersectoriais, especificamente no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e/ou transtornos.

As demandas que serão aqui apresentadas partem do cotidiano de trabalho numa instituição de acolhimento cujo público-alvo são crianças e adolescentes com demandas de saúde

específicas, antes gerida pelo terceiro setor, que há alguns anos passou a integrar a rede de alta complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Recife/PE.

Os diagnósticos das crianças e adolescentes que estão na Casa são variados, desde a deficiência física à intelectual; com condições que causam pouca ou baixa mobilidade; Esquizofrenia; Microcefalia; Transtorno do Espectro Autista – TEA (do nível 1 ao 3 de suporte) e outros transtornos do neurodesenvolvimento.

A importância do tema vem das dificuldades enfrentadas nos processos de articulação com a rede intersetorial, considerando a frequente construção de referências pessoais nas formas de contactar os serviços e a fragilidade dos fluxos criados quando da ausência/saída dos profissionais envolvidos nesses processos. Nesse sentido, pretendemos trazer a apresentação dos entraves da personificação da intersetorialidade no acesso aos direitos sociais. Vejamos.

AS PARTICULARIDADES DAS ARTICULAÇÕES NA REDE INTERSETORIAL SOB O VIÉS DA PERSONIFICAÇÃO

Nesta única seção, serão apresentadas as dinâmicas das articulações realizadas com a rede intersetorial. Tendo em vista o perfil de atendimento de cada instituição, a capacidade, quantidade de trabalhadores e localização territorial, as articulações se fazem essenciais para o acesso aos serviços, espaços e atendimentos. A intersetorialidade será aqui tratada como uma estratégia de integração entre as políticas públicas para o acesso, a ampliação e efetivação dos direitos sociais, conforme preveem os marcos legais da Seguridade Social.

A Rede de proteção social de alta complexidade da prefeitura do Recife dispõe de 6 (seis) instituições de acolhimento voltadas para crianças e adolescentes e uma equipe que atua na modalidade família acolhedora, através da rede direta, e outras 5 (cinco) instituições pela rede conveniada. De acordo com informações que constam na Página do SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, no Brasil, há 33.998 mil crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Dessas, mais de 2 mil possuem algum tipo de deficiência (CNJ, 2025). Neste relato, serão explanadas as demandas trazidas por crianças e adolescentes com deficiência e/ou transtornos que vivem em acolhimento institucional com ênfase àquelas decorrentes das políticas de saúde, educação, cultura, lazer e esporte.

Para melhor compreender a dinâmica dos serviços de acolhimento, precisamos partir da chegada das crianças e adolescentes às instituições. Seja por cumprimento de mandado de busca e apreensão, através de Oficial de Justiça e Polícia Militar; Conselho Tutelar ou transferência entre Casas, os acolhidos são recebidos nos serviços pelos profissionais das equipes técnicas, educadores sociais e cuidadores. Comumente, a chegada é um dos atendimentos mais complexos, considerando a carga emocional envolvida. Muitas vezes, as crianças vêm acompanhadas por seus responsáveis, e a despedida gera bastante impacto nas relações.

As causas para a aplicação da medida protetiva de Acolhimento são as mais variadas, mas as mais frequentes são as relacionadas a desproteções: maus tratos, abandono, ausência dos genitores por morte, violências física e sexual, inexistência de família extensa, entre outras.

Nos primeiros dias, no processo de adaptação da criança ou adolescente no espaço da Casa, os profissionais são envolvidos na ativa observação dos sinais e traços apresentados por eles. Entre alguns, podemos citar: formas de se comunicar, hábitos de higiene pessoal, relacionamento com outros acolhidos e trabalhadores, interações medicamentosas, preferências alimentares, e desenvolvimento em atividades do dia a dia. Além disso, o trabalho da equipe técnica inicia-se na busca por informações, através da rede, nos serviços disponíveis nos territórios onde as crianças habitavam antes do acolhimento. O levantamento dessas primeiras informações é bastante importante, por tornar possível identificar as violações sofridas e iniciar intervenções efetivas de forma imediata. Com isso, realiza-se a abertura do PIA – Plano Individual de Atendimento, e as articulações necessárias às demandas são iniciadas.

Todo o processo de acompanhamento dos acolhidos se dá através das trocas conjuntas entre equipe técnica, cuidadores e educadores sociais, e a gestão do equipamento. Estratégias para melhorar manejo de crises, necessidade de avaliação especializada, inserção em serviços, alteração em medicamentos, discussões de caso com a supervisão técnica e com outras equipes, formação com trabalhadores da Casa, e repasse de informações sobre contextos sociais da vida das crianças e adolescentes, são discutidas e divulgadas para os representantes dos plantões, para que reproduzam entre os cuidadores. A manutenção desse repasse é uma estratégia adotada para que as intervenções de todos os plantões ocorram da mesma forma. As necessidades de cada um, principalmente daqueles com transtornos do neurodesenvolvimento, exigem que a rotina da Casa seja mantida com o mínimo de alterações possíveis. É nesse contexto, de frequente necessidade de discussões e elaboração de estratégias para o acesso aos direitos, que se insere a importância deste relato. Sigamos.

Na saúde, política que mais abrange as demandas trazidas pelas necessidades específicas causadas pelas deficiências e/ou transtornos dos acolhidos, apontamos a intensa necessidade de contactar os profissionais dos serviços pertencentes a política de saúde mental e dos serviços especializados em reabilitação ou em atendimento focado em crianças e adolescentes que sofreram violências. Muitas vezes os serviços não dispõem de telefones institucionais, não se localizam em áreas próximas à Casa de Acolhimento, ou ainda não são conhecidos pelas equipes, o que causa a aproximação através de contatos pessoais compartilhados por outros profissionais.

Entre as articulações mais decorrentes, destacam-se: necessidade em firmar acordos para atendimentos em horários diferentes dos previstos pelas unidades (muitas vezes os horários se chocam e mais de uma criança ou adolescente passará por atendimento no mesmo momento); discutir estratégias para a realização de exames de baixa ou alta complexidade; solicitar de outras Casas de Acolhimento “caronas” ou troca de veículos, considerando a alta demanda de saídas diariamente, e muitas vezes ainda se faz necessário a requisição de transporte por aplicativo

para que as demandas sejam supridas sem que haja necessidade de remarcação ou cancelamento; manter contato direto com os profissionais de referência nos serviços onde os acolhidos estão vinculados; e manter o repasse de informações, com as equipes, sobre contextos e alterações na rotina dos meninos e meninas com frequência, para que seja possível melhor avaliá-los.

Nesse âmbito, esbarramos nas dificuldades de acesso a atendimentos pelo Sistema Único de Saúde devido à alta demanda do sistema de regulação do município. Por meses, consultas em especialidades como Neurologia e Psiquiatria, especialmente, seguem aguardando agendamento. Temos acessado essas especialidades com maior facilidade, ultimamente, após aquisição de plano de saúde para os acolhidos. Tendo em vista que a dificuldade no acesso não é algo específico da rotina do acolhimento, importa registrar que a questão está para além da institucionalização, se considerarmos que mesmo crianças que vivem com seus responsáveis passam por essas dificuldades e talvez de forma ainda mais acentuada considerando que o acesso a muitas das demandas no acolhimento perpassa pelas articulações personificadas entre os profissionais e decisões do Sistema de Justiça.

Associado às dificuldades já apontadas devemos considerar também as falas e posturas de senso comum reproduzidas por trabalhadores que desconhecem a natureza e perfil das instituições de acolhimento. Por vezes, os profissionais das equipes técnicas precisam, antes de qualquer discussão de caso ou articulação, explanar o que fazem no cotidiano de trabalho, o público atendido, as produções técnicas que devem ser enviadas ao Sistema de Justiça, exemplificando as demandas, na perspectiva de, através de uma melhor compreensão sobre a prioridade das crianças e adolescentes que estão acolhidas, obter êxito nas ações.

No que diz respeito à educação, temos como demanda frequente o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico de cada acolhido. Aqui destacamos que os contatos e articulações são realizados diretamente com professores, profissionais auxiliares, de atendimento especializado, direção e outros envolvidos no espaço educacional. Compõe a rotina dos contatos, o repasse de informações sobre histórico de vida e saúde de cada criança e adolescente para melhor compreensão da Escola sobre o comportamento, uso de medicações e necessidades de intervenção em contextos de crise. Com frequência, precisamos realizar discussões com as equipes visando melhor desenvolvimento dos acolhidos nas Unidades Escolares. Também requisitamos relatórios sobre a evolução pedagógica de cada um para registro em relatórios trimestrais de acompanhamento, PIAs, apresentação em perícias (INSS) e avaliações médicas e interdisciplinares, além de outras avaliações, quando solicitadas por serviços da rede intersetorial. Além disso, comumente acordamos dinâmicas diferentes para a frequência escolar, considerando períodos em que os acolhidos demonstram indisposição ou apresentam processos de desorganização comportamental, e grande inserção em serviços especializados de saúde (Centros de Reabilitação ou CAPS), onde nem sempre os atendimentos ocorrem em turnos opostos aos horários de aula.

Quando direcionamos para o acesso à cultura, lazer e esporte, apontamos como um dos principais entraves as barreiras urbanísticas e arquitetônicas, que costumam nos impor escolher

sobre quais crianças e adolescentes poderão acessá-las, tendo em conta suas limitações físicas e uso de dispositivos como cadeiras de rodas, por exemplo. Por vezes, as equipes se reúnem para discutir atividades, elaborar cronogramas, pesquisar eventos, exposições, e outros programas que poderiam possibilitar boas experiências aos acolhidos, mas acabam impossibilitados de inseri-los quando são visualizadas as estruturas físicas e barreiras para acesso.

Acessibilidade prevista na Lei Brasileira de Inclusão, ainda não garante o livre acesso de pessoas com deficiência. Além da falta de implementação, devemos ter em mente a infraestrutura precarizada de alguns espaços, a escassez de recursos destinados às políticas para a acessibilidade, e a ausência de adaptações básicas em vias públicas. As pessoas com deficiência possuem direitos, mas esbarram na falta de garantias para alcançá-los, ademais vale destacar que muitas vezes são ofertadas atividades e ações para esse público de maneiras que não comportam suas reais necessidades; não permitindo que, de fato, sejam exercidas.

Importa, ainda, destacar que quando se trata de crianças e adolescentes com deficiência, para além das barreiras urbanísticas e arquitetônicas, nos deparamos, também, com a barreira da faixa etária. Muitas atividades de esporte e lazer são pensadas para crianças até os 12 anos e as destinadas para após essa faixa, quando pensadas, acabam não despertando o interesse por serem realizadas junto a adultos. Isso acaba gerando mais uma forma de articulação personificada, considerando que muitas vezes precisamos buscar diretamente os profissionais que executam as atividades na intenção de tornar possível adaptações para inserção dos acolhidos nas ações e atividades em que desejam participar.

Todas as dificuldades aqui apontadas decorrem, em grande parte, de relações de trabalho fragilizadas, em serviços que não possuem equipe com quantidade suficiente de profissionais, vínculos empregatícios precarizados, em locais com recursos prejudicados. Muitas vezes não há uma alternativa senão a articulação intersetorial personificada, pois algumas unidades de saúde, por exemplo, não dispõem de telefones institucionais para contato; alguns cargos não estão ocupados; e as demandas de atendimento ultrapassam a capacidade dos trabalhadores, que, por vezes, precisam acumular mais de um vínculo, considerando os baixos salários e a desvalorização de algumas profissões no atual mundo do trabalho. Com isso, alguns trabalhadores acabam se desvinculando dos serviços e as articulações, acordos e fluxos criados acabam se perdendo.

Devemos considerar também o aumento, nos últimos anos, dos transtornos do neurodesenvolvimento, que têm acometido muitas crianças e adolescentes, trazendo uma gama de questões para o campo das políticas públicas, ao passo que as respostas para essas questões têm sido dadas de forma desproporcional, tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão pretendida neste trabalho aponta para as dificuldades causadas pelo caráter pessoal dado às articulações presentes na rede intersetorial. Sabemos que essa discussão não é uma novidade, que estratégias de organização para a intersetorialidade entre as políticas sociais

já são adotadas em diversos campos através de grupos de trabalho, encontros entre trabalhadores e entre serviços pertencentes a cada região político-administrativa, supervisões técnicas, entre outras, mas acreditamos que espaços assegurados, com obrigatoriedade da existência e participação mantida na rotina diária de cada serviço/instituição, em encontros onde sejam compartilhadas ações traduzidas por meio da exemplificação, em relatos de experiência e explicações da rotina de atendimento de cada serviço, tornando possível visualizar cada contexto e caso, pode ser um caminho viável para que os trabalhadores, representantes da sociedade, profissionais e autoridades que compõem o sistema de justiça e de garantia de direitos consigam vislumbrar como acontece a articulação entre os serviços, o surgimento das demandas e o acesso aos atendimentos, de forma que cause o envolvimento dos sujeitos, tornando-os capazes de reproduzir as informações, fazendo-os romper com a prática da personificação das articulações.

Trazer à compreensão a importância do fortalecimento das políticas e da rede, para a perspectiva da garantia e acesso aos direitos sociais, com a possibilidade de executar e aprimorar fluxos, atendendo às reais necessidades do público atendido em suas especificidades, respeitando o que preconizam as legislações, é possível, desde que seja um compromisso ético firmado entre todos os que conduzem a integração entre as políticas e acreditam na intersetorialidade como um percurso capaz de viabilizar direitos.

REFERÊNCIAS

CNJ. Painel de Acompanhamento–Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Disponível em: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>>. Acesso em: 16 de mar. 2025.

BRASIL. **Leinº8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.